

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DO SUBPROCESSO - DAS

Subprocesso: *Gestão do Serviço de Apoio Psicopedagógico*

Número: *25.003/001-052024*

Objetivo:

Adoção de medidas individualizadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem na instituição de ensino e elaboração de plano de atendimento educacional especializado.

Responsável: *Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade da UNILA - SECAFE*

Atividades do subprocesso

1. Submeter solicitação de atendimento via SIGAA

<i>Responsável:</i>	<i>Discente ou Coordenador de Curso</i>
<i>Entrada (insumos):</i>	<i>Necessidade de atendimento educacional especializado</i>
<i>Saída (entregas):</i>	<i>Submissão de solicitação de atendimento</i>
<i>Tarefa:</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Acessar o endereço https://autenticacao-sig.unila.edu.br/ e realizar o login;</i> ● <i>Caminho para o discente:</i> <i>Na barra principal de menus, selecionar as opções na seguinte ordem: menu “Outros” > “Necessidades Educacionais Especiais > “Solicitar apoio a SAPNE”</i> ● <i>Caminho para o Coordenador de Curso:</i> <i>Na barra principal de menus, selecionar as opções na seguinte ordem: menu “Aluno” > “Discente com NEE” > “Solicitações enviadas a SAPNE”</i> ● <i>Na seção “Dados da Solicitação” (parte inferior da página), marcar a(s) caixa(s) correspondente(s) à deficiência/necessidade específica, preencher o campo “Justificativa” com os detalhes da solicitação e clicar na opção “Cadastrar” para finalizar sua solicitação. A mensagem “Operação realizada com sucesso” será exibida no topo da tela caso a solicitação seja concluída com sucesso;</i> ● <i>Aguardar o retorno da equipe técnica do DAAIPcD através do e-mail ou telefone cadastrados no SIGAA.</i>
<i>Ferramentas:</i>	<i>SIGAA</i>
<i>Referências:</i>	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras</i>

providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

2. Analisar solicitação no módulo NEE/SIGAA

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	Solicitação recebida via módulo NEE/SIGAA
Saída (entregas):	
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Acessar o Módulo NEE do SIGAA > aba ALUNO > Novas Solicitações de Apoio;● Verificar a data e a situação da solicitação recebida;● Verificar se o aluno já buscou orientações ou informações em algum momento anterior junto ao setor;● Verificar se o aluno ingressou em vaga reservada à pessoas com deficiência (regulamentado pela Lei 12711/2012 e 13409/2016);
Ferramentas:	SIGAA
Referências:	Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

3. Verificar informações no SIGAA

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	Solicitação recebida via módulo NEE/SIGAA
Saída (entregas):	
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Caso o aluno tenha ingressado em vaga reservada para PcD, consultar o Dossiê via SIGAA e verificar o laudo(s) médico(s)/clínico(s), se não tiver, solicitar informações junto a Banca responsável pela verificação e validação dos requisitos obrigatórios para ingresso nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;● Caso o aluno tenha ingressado em vaga de ampla concorrência, consultar o Dossiê via SIGAA e verificar a documentação pessoal está anexada(s), caso não haja laudo comprobatório de deficiência, solicitar ao aluno que envie o respectivo documento;
Ferramentas:	SIG+, SIGAA
Referências:	Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio

eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

4. Solicitar laudo diretamente ao aluno

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	<i>Necessidade de comprovação de deficiência em conformidade com o Decreto 3298/1999 e artigo 70 do Decreto 5296/2004</i>
Saída (entregas):	
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● <i>Entrar em contato com o aluno preferencialmente por e-mail (para fins de registro), ou por Whatsapp institucional (45)35229918 (caso seja mais acessível ao aluno), solicitando o laudo comprobatório de deficiência para fins de atendimento.</i>
Ferramentas:	<i>Correio Zimbra, Whatsapp ou telefone</i>
Referências:	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)</i>

5. Enviar laudo comprobatório

Responsável:	Aluno
Entrada (insumos):	<i>Solicitação do setor</i>
Saída (entregas):	<i>Envio de laudo comprobatório</i>
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● <i>enviar laudo comprobatório por e-mail para nucleo.acessibilidade@unila.edu.br, pelo whatsapp institucional (45)35229918 (caso seja mais acessível ao aluno) ou presencialmente na sala C105 do Jardim Universitário</i>
Ferramentas:	<i>E-mail, Whatsapp</i>
Referências:	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio</i>

eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

6. Indeferir solicitação no Módulo NEE

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	
Saída (entregas):	Atualização da solicitação de atendimento
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Caso o laudo enviado pelo aluno NÃO comprove condição de deficiência de acordo com a legislação;● Acessar o SIGAA > Módulo NEE > menu “Novas Solicitações de Apoio” > clicar no botão “emitir parecer”;● No campo “Situação do Atendimento” selecionar a opção “indeferido” > inserir o “Parecer Técnico da SAPNE”;● Clicar em cadastrar;● No ato da atualização da demanda pela equipe técnica, o aluno ou coordenador de curso receberá notificação automática do sistema.
Ferramentas:	SIGAA
Referências:	Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

7. Deferir solicitação no Módulo NEE

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	Solicitação de atendimento via SIGAA + laudo comprobatório de deficiência
Saída (entregas):	Deferimento da solicitação de atendimento no sistema
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Caso o laudo enviado pelo aluno comprove condição de deficiência de acordo com a legislação;● Acessar o SIGAA > Módulo NEE > menu “Novas Solicitações de Apoio” > clicar no botão “emitir parecer”;● No campo “Situação do Atendimento” selecionar a opção “em atendimento” > inserir o “Parecer Técnico da SAPNE”;● Clicar em cadastrar;● No ato da atualização da demanda pela equipe técnica, o aluno ou coordenador de curso receberá notificação automática do sistema.

- Caso o laudo enviado pelo aluno NÃO possua todas as informações obrigatórias, ou o aluno ainda esteja em avaliação externa para diagnóstico conclusivo da deficiência, recomenda-se o seguinte:
- Acessar o SIGAA > Módulo NEE > menu “Novas Solicitações de Apoio” > clicar no botão “emitir parecer”;
- No campo “Situação do Atendimento” selecionar a opção “em triagem” > Clicar em cadastrar;
- No ato da atualização da demanda pela equipe técnica, o aluno ou coordenador de curso receberá notificação automática do sistema.

Ferramentas: SIGAA

Referências: Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

8. Agendar atendimento

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	Solicitação via módulo NEE
Saída (entregas):	Agendamento de atendimento pela equipe
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none"> • O agendamento deve ser feito preferencialmente via e-mail institucional, podendo ser atendimento presencial ou remoto (videoconferência, chamada de voz, etc), considerando a deficiência e as necessidades do aluno.
Ferramentas:	E-mail, Whatsapp institucional, telefone
Referências:	Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

9. Realizar atendimento

Responsável:	DAAIPcD
--------------	---------

<i>Entrada (insumos):</i>	<i>Solicitação via módulo NEE</i>
<i>Saída (entregas):</i>	<i>Inserção de informações no SIGAA</i>
<i>Tarefa:</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>O atendimento tem objetivo de cumprir com as regulamentações impostas pelo Decreto 7.611/11 e outras leis.</i>
<i>Ferramentas:</i>	<i>plataformas de videoconferência (Meet, RNP, etc), Whatsapp institucional</i>
<i>Referências:</i>	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)</i>

10. Inserir informações no SIGAA

<i>Responsável:</i>	<i>DAAIPcD</i>
<i>Entrada (insumos):</i>	<i>Atendimento realizado com o aluno</i>
<i>Saída (entregas):</i>	<i>Registro do atendimento no SIGAA Elaboração de plano de atendimento educacional especializado (se o aluno estiver de acordo)</i>
<i>Tarefa:</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Acessar SIGAA > Módulo NEE > aba ALUNOS > menu Avaliação e Acompanhamento ao Discente, clicar no botão "cadastrar novo acompanhamento" e inserir as informações coletadas no atendimento;</i> ● <i>Só será possível fazer o registro supracitado se as tarefas 1, 2 e 7 forem cumpridas.</i> ● <i>Se houver atendimento antes do aluno ou coordenador do curso submeter a solicitação via sistema, é possível inserir um registro no menu "Editar Observações do Discente", que está dentro da aba "Aluno", no Módulo NEE.</i> ● <i>Escolher a aba "Inserir nova observação", preencher o campo de texto com as informações. Importante informar o aluno sobre a necessidade da submissão do pedido via sistema e inserir isso na observação.</i> ● <i>Desmarcar a caixa "Registrar observação no Histórico do Discente", pois tal informação não precisa aparecer no histórico.</i>
<i>Ferramentas:</i>	<i>SIGAA</i>
<i>Referências:</i>	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências),</i>

Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

11. Elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	Atendimento realizado com o aluno
Saída (entregas):	Elaboração de plano de atendimento educacional especializado (se o aluno estiver de acordo)
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Elaborar o documento com orientações didático-pedagógicas para o atendimento do estudante com deficiência conforme modelo da unidade disponível no SIPAC para preenchimento;● Baixar o documento;
Ferramentas:	SIPAC
Referências:	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)</i>

12. Enviar Memorando para Coordenação de Curso

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	
Saída (entregas):	Envio do Plano de Atendimento Educacional Especializado (se o aluno estiver de acordo) ao coordenador de curso
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Verificar quem é o Coordenador do Curso;● Acessar o SIPAC > Portal Administrativo > MEMO;● Redigir o Memorando;● Anexar o Plano de Atendimento Educacional Especializado;● Enviar memorando
Ferramentas:	SIPAC, MEMO
Referências:	<i>Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas</i>

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

13. Enviar e-mail para docentes ministrantes de disciplinas

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	
Saída (entregas):	Envio do Plano de Atendimento Educacional Especializado (se o aluno estiver de acordo) ao docentes que ministrarão aula para aluno com deficiência
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Acessar o SIGAA > Emitir Atestado de Matrícula ou Emitir Atestado de Matrícula de Período Suplementar;● Verificar as disciplinas/turmas que o aluno está matriculado e os respectivos docentes dessas disciplinas;● Redigir o e-mail;● Anexar o Plano de Atendimento Educacional Especializado;● Enviar para e-mail institucional dos docentes (solicitar comprovação de leitura);
Ferramentas:	SIGAA, Correio Zimbra
Referências:	Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99 (regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

14. Encerrar atendimento

Responsável:	DAAIPcD
Entrada (insumos):	
Saída (entregas):	
Tarefa:	<ul style="list-style-type: none">● Encerrar o atendimento com o aluno;● Informar que, em caso de nova demanda por parte do aluno, não é necessário abrir nova solicitação via sistema, basta encaminhar e-mail para nucleo.acessibilidade@unila.edu.br ou entrar em contato pelo telefone/whatsapp (45)35229918 para fazer agendamento de atendimento.
Ferramentas:	
Referências:	Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto 6.949/09 (Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Decreto 3.298/99

(regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências), Decreto 5.296/04 (Regulamenta as Leis nos 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), Decreto 7.611/11 (dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências), Decreto 8.539/15 (instituiu o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)

Mapa do Subprocesso

Mapa disponível no Portal de Processos da UNILA (inserir link neste local)

Outras Informações

Elaborado por:	Data:	Versão:
Roy Eddie Marquardt Filho	07/07/2022	